

**GABINETE DA DESEMBARGADORA FEDERAL
MARGARIDA CANTARELLI
DIRETORA DA REVISTA**

**BOLETIM
DE JURISPRUDÊNCIA
DO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
DA 5ª REGIÃO**

Recife, 30 de julho de 2001

- número 139 -

Administração

Cais do Apolo, s/n - Bairro do Recife
C E P : 50.030-908 Recife - PE

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
5ª REGIÃO**

Desembargadores Federais

GERALDO APOLIANO

Presidente

UBALDO CAVALCANTE

Vice-Presidente

FRANCISCO DE QUEIROZ CAVALCANTI

Corregedor

RIDALVO COSTA

CASTRO MEIRA

PETRUCIO FERREIRA

LÁZARO GUIMARÃES

NEREU SANTOS

JOSÉ MARIA LUCENA

MARGARIDA CANTARELLI

Diretora da Revista

JOSÉ BAPTISTA FILHO

NAPOLEÃO MAIA

LUIZ ALBERTO GURGEL

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

Diretor Geral: Carlos Alberto Regueira de Castro e Silva

Supervisão de Coordenação de Gabinete:
Carne Maria Vasconcelos Motta

Supervisão de Pesquisa, Coleta, Revisão e Publicação:
Maria Carolina Priori Barbosa

Supervisão de Base de Dados:
Pedro Augusto Escorel Diniz

Apoio Técnico:
Arivaldo Ferreira Siebra Júnior
Wilson Albuquerque da Silva
Nivaldo da Costa Vasco Filho

Diagramação: Seção de Editoração Eletrônica

SUMÁRIO

Jurisprudência de Direito Administrativo	07
Jurisprudência de Direito Constitucional	19
Jurisprudência de Direito Penal.....	29
Jurisprudência de Direito Previdenciário	37
Jurisprudência de Direito Processual Civil	45
Jurisprudência de Direito Processual Penal	61
Jurisprudência de Direito Tributário.....	65
Índice Sistemático	73
Índice Analítico	81

**JURISPRUDÊNCIA
DE
DIREITO
ADMINISTRATIVO**

**ADMINISTRATIVO
CONCURSO PÚBLICO - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RO-
DOVIÁRIA FEDERAL**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. TESTE DE MOTORISMO. EXIGÊNCIA DA APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO NO MOMENTO DO EXAME. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DO EXAME COM A APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO PROVISÓRIA.

- Sendo norma legal de regência o edital do concurso e nele constando apenas a exigência de apresentação da Carteira Nacional de Habilitação no momento do teste de motorismo, sem fazer restrição à habilitação provisória, constitui ato abusivo a negativa de participação do candidato que declarou no ato de inscrição não ser portador de tal documento.

- Precedente deste Tribunal: AMS n.º 67.825-AL, julg. 27.04.2000, publ. *DJ*: 09.06.2000, pág. 2.656.

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação em Mandado de Segurança n.º 68.268-RN

Relator: Desembargador Federal Ubaldo Ataíde Cavalcante

(Julgado em 23 de novembro de 2000, por unanimidade)

**ADMINISTRATIVO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - REGISTRO**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. INEXIGÊNCIA DE REGISTRO DE EMPRESA DE INFORMÁTICA AO CRA.

- Tendo a empresa autuada como atividade-fim a informática, o órgão competente para sua fiscalização não é o CRA.

- Remessa oficial improvida.

Remessa *Ex Officio* n.º 66.553-PB

Relator: Desembargador Federal Ubaldo Ataíde Cavalcante

(Julgado em 1º de fevereiro de 2001, por unanimidade)

**ADMINISTRATIVO
EMPRESA PERMISSONÁRIA DE TRANSPORTE COLETIVO
- TRANSPORTE CLANDESTINO**

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRANSPORTE CLANDESTINO.

- O transporte clandestino está às margens da lei e é efetuado sem a tutela do Estado.

- As empresas permissionárias de transporte coletivo, que pagam regularmente seus impostos e são obrigadas a trabalhar em horários pré-determinados, mesmo que de baixa demanda, são prejudicadas pelo transporte clandestino, tão fecundo em irregularidades.

- Agravo provido.

Agravo de Instrumento n.º 23.918-PE

Relator: Desembargador Federal Francisco Cavalcanti

(Julgado em 22 de fevereiro de 2001, por unanimidade)

**ADMINISTRATIVO
VEÍCULO IMPORTADO-TRANSFERÊNCIA**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. MEDIDA LIMINAR. VEÍCULO IMPORTADO. TRANSFERÊNCIA.

- Pedido de cassação de medida liminar, em que foi determinada à autoridade impetrada a efetivação da transferência de veículo importado a terceiro adquirente, mediante a emissão do respectivo Documento Único de Transporte.

- Veículo em situação irregular no país. Até o perdimento, o bem permanecerá incorporado ao patrimônio jurídico do agravado, sendo-lhe facultado praticar quaisquer atos de disposição, sobretudo considerando que os tributos devidos em decorrência da importação foram devidamente recolhidos.

- A demora na prestação jurisdicional requerida pelo agravado acarretar-lhe-á consideráveis prejuízos, tendo em vista que até o pronunciamento final do Juízo *a quo* ficará impedido de dispor do bem que lhe pertence. A agravante e o DETRAN/CE, ao revés, não suportarão prejuízo algum com a imediata transferência do veículo, eis que em sendo denegada a segurança poderão, a qualquer tempo, retificar o registro do automóvel, atribuindo a propriedade do bem ao agravado.

- Agravo de instrumento improvido.

Agravo de Instrumento n.º 27.089-CE

Relator: Desembargador Federal Castro Meira

(Julgado em 08 de março de 2001, por unanimidade)

**ADMINISTRATIVO
JUÍZES CLASSISTAS - REMUNERAÇÃO - REAJUSTE DA TA-
BELA**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. REMUNERAÇÃO DOS JUÍZES CLASSISTAS.

- Reajuste da tabela de equivalência em decorrência da correção dos vencimentos percebidos pelos Juízes do Trabalho quando da incorporação do auxílio-moradia.

- Agravo improvido.

Agravo Inominado no AGTR n.º 33.225-CE

Relator: Desembargador Federal Lázaro Guimarães

(Julgado em 08 de maio de 2001, por unanimidade)

**ADMINISTRATIVO
ODONTÓLOGO - CARGA HORÁRIA - LBA**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. LBA. ODONTÓLOGO. CARGA HORÁRIA. ART. 4º DA LEI 8.216/91. MÉDICOS. ISONOMIA. IMPOSSIBILIDADE.

- Não há que se falar em isonomia dos servidores odontólogos com a categoria de médicos, uma vez que ocupam funções diferentes, sendo os médicos beneficiados expressamente por dispositivo legal, o que não se verifica com relação aos odontólogos.

- Apelação e remessa oficial providas.

Apelação Cível n.º 107.532-PB

Relatora: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

(Julgado em 22 de março de 2001, por unanimidade)

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL
RECURSO ADMINISTRATIVO AO CJF - INEXISTÊNCIA DE
RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO ENTRE TRF E CJF**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ADMINISTRATIVO AO CJF. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO ENTRE TRF E CJF. INCOMPETÊNCIA.

- O conselho de Justiça Federal não tem competência para apreciar recursos interpostos contra decisões administrativas proferidas por Tribunal Regional Federal e que digam respeito a direitos e vantagens de servidores da Justiça Federal, em vista da inexistência de subordinação hierárquica entre o Plenário do Tribunal e o Conselho.

- Não há que se entender ilegal o ato que negou seguimento ao recurso administrativo ao Conselho da Justiça Federal.

- Julgado o pedido de reconsideração para fazer retroagir os efeitos financeiros, na verdade recurso interposto da decisão inicialmente proferida, esgotada está a instância recursal administrativa, tal qual garantida pelo texto constitucional (art. 5º, LV), inexistindo previsão de terceira instância recursal.

- Segurança denegada.

Mandado de Segurança n.º 69.987-PE

Relatora: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

(Julgado em 25 de abril de 2001, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO
JUROS COMPENSATÓRIOS À TAXA DE 12% - HONORÁRIOS DE ADVOGADO

EMENTA: DESAPROPRIAÇÃO. DUPLO GRAU. JUROS COMPENSATÓRIOS À TAXA DE 12%. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. NÃO CABIMENTO. PROVIMENTO PARCIAL DA REMESSA.

- Manutenção, exceto quanto à condenação em honorários advocatícios, do decisório de primeiro grau, o qual adotou, na fixação do valor devido, o laudo pericial, cujas conclusões não foram infirmadas pelas partes, bem como as orientações dominantes quanto à incidência de correção monetária e juros de mora e compensatórios.

- Verificando-se a imissão de posse do expropriante, fonte da obrigação de pagamento de juros compensatórios, em momento anterior à edição da MP 1.577/97, cabível a aplicação do percentual 12% a.a., pena de ofensa ao cânon da segurança jurídica (art. 5º, XXXVI, CF).

- Demais de não haver apresentado resposta, a parte expropriada, em nenhum momento do feito, contou com o patrocínio de advogado, pelo que descabe a condenação do expropriante à satisfação de tal verba.

- Remessa *ex officio* parcialmente provida.

Remessa *Ex Officio* n.º 176.283-CE

Relator: Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima

(Julgado em 26 de junho de 2001, por unanimidade)

**JURISPRUDÊNCIA
DE
DIREITO
CONSTITUCIONAL**

**CONSTITUCIONAL
PRECATÓRIO - DÉBITOS DE NATUREZA ALIMENTAR**

EMENTA: PRECATÓRIO. PROCEDIMENTO ULTIMADO. DÉBITO DE NATUREZA ALIMENTAR. EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 30/2000. INAPLICABILIDADE.

- Nesta província processual, é incabível a discussão acerca do direito material reconhecido na sentença, pena de afronta à autoridade da coisa julgada.

- As disposições da Emenda Constitucional n.º 30, de 13/09/2000, são inaplicáveis aos precatórios que versem sobre débitos de natureza alimentar, bem assim aos que já tenham ultimadas todas as fases procedimentais, motivo pelo qual o adimplemento deve ocorrer em parcela única, com os consectários legais.

- Consideram-se concluídos os requisitórios inscritos em 1º/7/1999 para serem pagos até o final do exercício seguinte (31/12/2000), se houver sido feita a devida comunicação à entidade de direito público devedora, assim como inserida, no orçamento, a verba necessária para o pagamento do débito. Agravo regimental improvido.

Agravo Regimental no Precatário n.º 30.825-RN

Relator: Desembargador Federal Geraldo Apoliano

(Julgado em 16 de maio de 2001, por unanimidade)

**CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO
DERIVADOS DE PETRÓLEO E COMBUSTÍVEIS - PIS - PRIN-
CÍPIO DA EXCLUSIVIDADE**

EMENTA: CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. OPERAÇÕES ENVOLVENDO DERIVADOS DE PETRÓLEO E COMBUSTÍVEIS. PIS. PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE. NÃO APLICAÇÃO.

- O princípio da exclusividade consagrado no art. 155, § 3º, da CF/88, não alcança o PIS, que incide nas operações envolvendo derivados de petróleo e combustíveis.

Apelação Cível n.º 198.863-RN

Relator: Desembargador Federal Rivalvo Costa

(Julgado em 08 de março de 2001, por unanimidade)

**CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO
SENTENÇA *ULTRA PETITA* - NULIDADE EM PARTE**

EMENTA: CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. SENTENÇA *ULTRA PETITA*. NULIDADE EM PARTE. REDUÇÃO AOS LIMITES DO PEDIDO. PIS. DECRETOS-LEI N.º 2.445/88 E N.º 2.449/88. INCONSTITUCIONALIDADE. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PRESCRIÇÃO.

- A sentença *ultra petita* deve ser reduzida aos limites da postulação, declarando-se, de ofício, a nulidade da parte referente ao excesso de julgamento.

- Inconstitucionalidade – Súmula 7 do TRF da 5ª Região.

- Lançamento tributário por homologação. A prescrição, no caso, consumir-se-ia 10 (dez) anos após o fato gerador. Inocorrência.

Apelação Cível n.º 213.581-RN

Relator: Desembargador Federal Ridalvo Costa

(Julgado em 08 de março de 2001, por unanimidade)

CONSTITUCIONAL
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - CONVÊNIO - CELEBRAÇÃO

EMENTA: CONSTITUCIONAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. PORTARIA N.º 613/99. CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CATEGORIAS ECONÔMICAS OU PROFISSIONAIS OU DE SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EXCLUSIVA DA RECEITA POR PARTICULARES. SIGILO BANCÁRIO. RISCO DE QUEBRA.

- Portaria n.º 613/99 que estabeleceu convênio entre a Secretaria da Receita Federal e entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais de serviços sociais autônomos a fim de estas, mediante terceirização, praticarem, entre outros, atos relativos ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ao fornecimento de certidões referentes à situação do contribuinte perante tributos administrados por aquela Secretaria e fornecimento de informações em geral.

- Transferência, *prima facie*, de responsabilidades exclusivas da Receita Federal no exercício do *longa manus* do Estado para entidades particulares com iminente risco de quebra de sigilo de informações confidenciais.

- Impossibilidade de atribuir-se aos empregados das entidades conveniadas deveres estatutários específicos estabelecidos no regime disciplinar do servidor público.

- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento n.º 24.891-CE

Relator: Desembargador Federal Petrucio Ferreira

(Julgado em 07 de novembro de 2000, por unanimidade)

**CONSTITUCIONAL, PREV. E PROCESSUAL CIVIL
INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - CARÊNCIA DE CAUSA**

EMENTA: CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PORTARIA MPAS 714/93, DE 09/12/93. CORREÇÃO MONETÁRIA. DECRETO N.º 20.910, DE 06.01.32, E DECRETO-LEI N.º 4.597, DE 19.08.42. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARÊNCIA DE CAUSA.

- Auto-aplicabilidade dos §§ 2º e 6º do art. 201 da CF/88 (Súmula 8 do TRF 5ª Região).

- As diferenças devidas no período de out/88 a abril/91, reconhecidas pela Portaria MPAS 714/93, não devem ser entendidas como direito de trato sucessivo, posto que não são susceptíveis de protaírem-se no tempo como parcelas dos benefícios percebidos, mensalmente, pelos beneficiários, mas, sim, constituíram-se de prestações cessadas em tempo pretérito, dizendo respeito, assim, a quantias certas, apuradas em um período cronológico delimitado.

- A pretensão de indenização, ainda que não estivesse prescrita, resolver-se-ia em pura mora, com os conseqüentes acessórios dos juros e da correção monetária, no plano material.

- Recurso a que se dá parcial provimento apenas para afastar a condenação em custas e honorários advocatícios.

Apelação Cível n.º 210.128-PB

Relator: Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho

(Julgado em 13 de março de 2001, por maioria)

**JURISPRUDÊNCIA
DE
DIREITO
PENAL**

**PENAL
CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL -
DESVIO DE RECURSOS DE FINANCIAMENTO**

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. DESVIO DE RECURSOS DE FINANCIAMENTO. ART. 20 DA LEI N.º 7.492/86. CONSUMAÇÃO CARACTERIZADA.

- A desclassificação do débito do tomador de financiamento para "empréstimo pessoal" efetuada pelo BACEN não tem o condão de excluir o crime, que restou consumado no momento da aplicação indevida dos recursos recebidos com finalidade distinta daquela especificada no contrato.

- O pagamento do débito após o desvio, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou ao julgamento, não é, portanto, suficiente para excluir o crime em comento.

- Apelação provida.

Apelação Criminal n.º 2.264-PE

Relator: Desembargador Federal Francisco Cavalcanti

(Julgado em 15 de fevereiro de 2001, por unanimidade)

**PENAL E PROCESSUAL PENAL
CRIME DE FURTO - EBCT - MATERIALIDADE E AUTORIA
COMPROVADAS**

EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE FURTO COMETIDO MEDIANTE CONCURSO DE DUAS PESSOAS E INTENTADO CONTRA O PATRIMÔNIO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS – EBCT. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. ARTIGO 155, § 4º, IV, DO CÓDIGO PENAL. PROVA COLHIDA EM CONSONÂNCIA COM O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA. CONFIRMAÇÃO DO DECRETO MONOCRÁTICO CONDENATÓRIO.

- Materialidade e autoria do crime de furto qualificado contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos devidamente comprovadas nos autos pelos elementos probatórios obtidos nas fases policial e judicial, quer seja pela confissão dos acusados, quanto pela prova testemunhal.

- O prejuízo decorrente do crime de furto atingiu o patrimônio pertencente à EBCT – Correios, razão pela qual, nos termos do art. 109, IV, da Constituição Federal, não há o que se discutir quanto à competência da Justiça Federal para apreciar o feito, posto que se encontra adequadamente firmada à luz da Carta Magna de 1988.

- A natureza e as circunstâncias do crime de furto praticado em concurso de agentes contra o patrimônio da empresa pública federal – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, demonstradas pelas provas carreadas aos Autos, justificam, em consonância com a norma legal do art. 155, § 4º, IV, do CPB, o *quantum* da pena.

- Manutenção da sentença condenatória *a quo*, rica na fundamentação fática e jurídica.

- Apelação improvida.

Apelação Criminal n.º 2.441-RN

Relator: Desembargador Federal Petrucio Ferreira

(Julgado em 03 de abril de 2001, por unanimidade)

**PENAL
RETIRADA DO PIS - CRIME IMPOSSÍVEL**

EMENTA: PENAL. RETIRADA DO PIS. CRIME IMPOSSÍVEL. APELAÇÃO IMPROVIDA.

- Descaracterização do crime de estelionato, na forma tentada, dada a impossibilidade de retirada do PIS, que já houvera sido anteriormente retirado pelo próprio acusado.

- Aplicação do art. 17 do Código Penal.

- Apelação improvida.

Apelação Criminal n.º 841-PE

Relator: Desembargador Federal Nereu Santos

(Julgado em 05 de dezembro de 2000, por unanimidade)

**PENAL E PROCESSUAL PENAL
DIPLOMA FALSO - LAUDO PERICIAL**

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. ART. 171, § 3º, CP. DIPLOMA FALSO. LAUDO PERICIAL NEGATIVO. CONJUNTO PROBANTE FRÁGIL. NÃO INCRIMINAÇÃO. DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO (UFPE). ART. 18, II, DECRETO 94.664/87. ASCENSÃO FUNCIONAL. CERTIFICADO DO 2º GRAU. DESNECESSIDADE. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. CONFIRMAÇÃO.

- O conjunto probante não incrimina o co-réu. O laudo pericial (exame grafotécnico) teve seu resultado negativo.

- O delito da ré só atingiu a si própria, entendendo-se a não configuração do § 3º do art. 171 do Código Penal.

- Em processo seletivo da UFPE, a acusada já detinha direito ao enquadramento funcional, sem exigência de conclusão do 2º grau. Inteligência do art. 18, inciso II, do Decreto 94.664/87.

- Apelação improvida.

Apelação Criminal n.º 469-PE

Relatora: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

(Julgado em 19 de abril de 2001, por unanimidade)

**PENAL E PROCESSUAL PENAL
PRONÚNCIA - MATERIALIDADE DO DELITO**

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MATERIALIDADE DO DELITO. INDÍCIOS DE AUTORIA.

- A sentença de pronúncia, para sua prolação, exige que o juiz esteja convencido da materialidade do delito e de que haja indícios suficientes de sua autoria. Assim, é prescindível a certeza que é exigida por ocasião da condenação, vigendo, nessa fase, o princípio *in dubio pro societate*.

- Existindo, na espécie, indícios suficientes de que o recorrente pretendeu participar do evento delituoso, não pode o mesmo se furtar ao julgamento pelo Tribunal do Júri, juiz natural da causa, ao qual compete proferir ou não o *judicium condemnationis*.

- Recurso improvido.

Recurso Criminal n.º 388-PE

Relator: Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel

(Julgado em 17 de abril de 2001, por unanimidade)

**JURISPRUDÊNCIA
DE
DIREITO
PREVIDENCIÁRIO**

**PREVIDENCIÁRIO
MENOR IMPÚBERE - PROCURAÇÃO - INSTRUMENTO PÚBLICO**

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. MENOR IMPÚBERE. PROCURAÇÃO. INSTRUMENTO PÚBLICO. DESNECESSIDADE. PENSÃO POR MORTE. DEPENDÊNCIA CONFIGURADA. LEI N.º 8.213/91. APLICAÇÃO.

- Tendo sido a procuração outorgada pela mãe da menor, quem a representa nos autos, não se faz necessária a formalização do mencionado documento por instrumento público.

- O direito à percepção da pensão por morte do dependente designado não é atingido pelas modificações legislativas implementadas posteriormente ao ato de designação.

- Precedentes.

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação em Mandado de Segurança n.º 67.607-RN

Relator: Desembargador Federal Ubaldo Ataíde Cavalcante

(Julgado em 29 de junho de 2000, por unanimidade)

**PREVIDENCIÁRIO
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-PARCELAMENTO**

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS. PARCELAMENTO. ARTIGO 206 DO CTN. INAPLICABILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI ESPECÍFICA. PARÁGRAFO 8º DO ARTIGO 47 DA LEI 8.212/91, ACRESCENTADO PELA LEI N.º 9.032/95. AUSÊNCIA DE PEDIDO COM MENÇÃO AOS FINS A QUE SE DESTINA A CERTIDÃO NA AÇÃO MANDAMENTAL E DA PROVA DA REGULARIDADE DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES. NOTÍCIA DE OUTROS DÉBITOS. EXIGÊNCIA DE GARANTIA.

- Em se tratando de débitos previdenciários, mesmo parcelados, para fins de se expedir certidão, é inaplicável o artigo 206 do CTN e sim o parágrafo 8º do artigo 47 da Lei n.º 8.212/91, acrescentado pela Lei n.º 9.032/95, ressalvada a hipótese da alínea *a* do inciso I, face ao princípio da especificidade.

- Ausência de pedido com menção aos fins a que se destina a certidão na ação principal, assim como não provada a regularidade do pagamento das prestações, além da notícia de outros débitos, pertinência da exigência de garantia.

Agravo Regimental no AI n.º 35.082-CE

Relator: Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho

(Julgado em 12 de junho de 2001, por unanimidade)

**PREVIDENCIÁRIO
TRABALHADOR RURAL - REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR**

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA POSITIVA. TRABALHADORA RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA TESTEMUNHAL ACEITÁVEL.

- A trabalhadora rural tem direito à contagem do tempo de serviço, se anterior à Lei 8.213/91, independentemente de prova do recolhimento de contribuições (arts. 55, parágrafo 2º, e 96, V, da Lei de Benefícios da Previdência Social – LBPS), desde que comprove, por meio juridicamente hábil, a condição laborativa invocada (trabalhadora rural).

- Havendo início de prova material, é aceitável a prova testemunhal para a comprovação da qualidade de trabalhador rural.

- Apelação provida.

Apelação Cível n.º 236.573-PB

Relator: Desembargador Federal Napoleão Maia Filho

(Julgado em 10 de abril de 2001, por unanimidade)

**PREVIDENCIÁRIO
TEMPO DE SERVIÇO - AVERBAÇÃO - CONDIÇÕES INSALUBRES**

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES INSALUBRES. COMPROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INSALUBRES DE FORMA PERMANENTE, NÃO OCASIONAL, NEM INTERMITENTE.

- Para a averbação de tempo de serviço de natureza especial, o segurado deverá comprovar o exercício de atividades em condições penosas, insalubres ou perigosas de forma permanente, não ocasional, nem intermitente, desincumbindo-se a contento desse ônus, defere-se o pleito do interessado.

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação Cível 239.161-CE

Relator: Desembargador Federal Napoleão Maia Filho

(Julgado em 20 de março de 2001, por unanimidade)

**PREVIDENCIÁRIO, ADM. E CONSTITUCIONAL
SUSPENSÃO DE BENEFÍCIO SOCIAL - PROCEDIMENTO
ADMINISTRATIVO**

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. SUSPENSÃO DE BENEFÍCIO SOCIAL SEM INDISPENSÁVEL PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PERTINENTE. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DO DIREITO FUNDAMENTAL DA AMPLA DEFESA.

- A suspensão de benefício previdenciário não pode se efetivar antes da realização do procedimento administrativo, que visa apurar irregularidades na sua obtenção.

- A administração pública pode rever os seus próprios atos e anulá-los, em caso de vício, ou revogá-los, por inoportunos ou inconvenientes, sendo essa prerrogativa administrativa uma real e inafastável necessidade, em vista dos erros, equívocos e fraudes que podem efetivamente ocorrer na confecção dos atos que emite.

- A própria Carta Magna em seu art. 5º, incisos LIV e LV, assegura que ninguém será privado de seus bens sem o devido processo legal e que aos litigantes em processo judicial ou administrativo são assegurados o contraditório e a ampla defesa com os meios e recursos a ela inerentes.

Apelação em Mandado de Segurança n.º 69.601-CE

Relator: Desembargador Federal Napoleão Maia Filho

(Julgado em 06 de março de 2001, por unanimidade)

**PREVIDENCIÁRIO
PENSÃO POR MORTE À VIÚVA - RENDA MENSAL VITALÍ-
CIA**

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE À VIÚVA. RENDA MENSAL VITALÍCIA. IMPOSSIBILIDADE. EXEGESE DA LEI 6.179/74 E DO DECRETO 89.312/84.

- O benefício de renda mensal vitalícia tem natureza assistencial e caráter personalíssimo, extinguindo-se com a morte do segurado. Não enseja, pois, direito a qualquer outra espécie de benefício. (Art. 7º, § 2º, da Lei 6.179/74 e art. 69, § 2º, do Decreto n.º 89.312/84).

- Apelação improvida.

Apelação Cível n.º 209.890-PB

**Relatora: Desembargadora Federal Germana Moraes
(Convocada)**

(Julgado em 03 de maio de 2001, por unanimidade)

**JURISPRUDÊNCIA
DE
DIREITO
PROCESSUAL CIVIL**

**PROCESSUAL CIVIL
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - INTERVENÇÃO -
ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE LIMINAR. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. INTERVENÇÃO. ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA. POSSIBILIDADE. ART. 4º DA LEI N.º 4.348/64. AGRAVO IMPROVIDO.

- O fato de estar a entidade privada sob o regime de intervenção, não cria óbice ao interventor para promover as alterações estatutárias nem para perpetrar as medidas próprias à garantia da higidez financeira e atuarial.

- Ofensa iminente à ordem social e à economia pública.

- Agravo regimental improvido.

Agravo Regimental na SS n.º 5.646-CE

Relator: Desembargador Federal Geraldo Apoliano

(Julgado em 30 de maio de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
APELAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO - PREVENÇÃO DA TURMA**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. QUESTÃO DE ORDEM. DISTRIBUIÇÃO DE APELAÇÃO INTERPOSTA EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. PREVENÇÃO DA TURMA.

- Ressalvada a competência do Plenário, a turma que primeiro conhecer de um processo, incidente ou recurso terá a jurisdição preventiva para o feito e seus novos incidentes ou recursos, relativos, ou, não, à execução dos respectivos julgados, ainda que o relator originário esteja a compor outra turma, hipótese em que a distribuição deverá ser cometida a um dos magistrados que modernamente estejam a integrar o órgão fracionário sobre o qual recair a prevenção.

- Aplicação do disposto no art. 9º do Regimento.

Questão de Ordem na AC n.º 210.952-PB

Relator: Desembargador Federal Geraldo Apoliano

(Julgado em 30 de maio de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO
UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - SERVIDOR PÚBLICO - TRABALHO PENOSO E INSALUBRE**

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TRABALHO PENOSO E INSALUBRE. CONTAGEM DO SERVIÇO CELETISTA, CONVERTIDO COM FATOR 1,2, NO CASO DE MULHER, E 1,4, SE HOMEM. NÃO COMPROVADO O DESEMPENHO DE SERVIÇO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

- É de ser negado processamento à arguição feita pela parte, não havendo o dissenso jurisprudencial alegado e sendo notória a orientação jurisprudencial dominante.

- Inexistência de prova do desempenho habitual e permanente de serviço prestado em condições de insalubridade.

- Ausência de direito líquido e certo.

- Apelação não provida. Sentença mantida.

Apelação em Mandado de Segurança n.º 74.527-PB

Relator: Desembargador Federal Francisco Cavalcanti

(Julgado em 1º de março de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
SFH - LEILÃO REALIZADO - CARTA DE ARREMATAÇÃO**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. SFH. INDEFERIMENTO DE LIMINAR EM CAUTELAR INCIDENTAL. LEILÃO REALIZADO. CARTA DE ARREMATAÇÃO.

- O imóvel dado em garantia hipotecária do financiamento habitacional, objeto do presente agravo, foi arrematado pela CEF, restando prejudicado o pedido de concessão de liminar para suspender o leilão.

- Não é cabível sustar o registro da Carta de Arrematação, pois os agravantes são inadimplentes e não lograram demonstrar que a empresa pública está cobrando o débito de maneira equivocada.

- Agravo de instrumento improvido.

Agravo de Instrumento n.º 26.047-SE

Relator: Desembargador Federal Castro Meira

(Julgado em 15 de fevereiro de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
CHEQUE ESPECIAL - EXECUÇÃO DO CONTRATO BANCÁRIO**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. LIMINAR EM AÇÃO CAUTELAR. CONTRATO DE CHEQUE ESPECIAL. INADIMPLEMENTO. INSCRIÇÃO NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. CLÁUSULAS COM APARÊNCIA DE ILEGALIDADE E ABUSIVIDADE EM FACE DO CDC. EXECUÇÃO DO CONTRATO BANCÁRIO. IMPEDIMENTO. PRINCÍPIO DO AMPLO ACESSO À JUSTIÇA. LESÃO. REFORMA DA LIMINAR NESSE PONTO.

- A cognição cautelar é de natureza superficial, de modo a verificar-se apenas a plausibilidade do direito invocado.

- A natureza controvertida dos contratos bancários torna plausível a discussão acerca da ilegalidade ou abusividade de suas cláusulas em face do Código de Defesa do Consumidor, de modo que a inscrição do nome do contratante nos sistemas de proteção ao crédito não se justifica enquanto não for julgada a ação principal.

- Não pode a decisão judicial afastar o acesso à justiça, impedindo a parte de executar contrato inadimplido, sob pena de quedar-se desrespeitada a garantia constitucional insculpida no inc. XXXV, art. 5º, da CF/88.

- Agravo provido em parte.

Agravo de Instrumento n.º 26.179-CE

Relator: Desembargador Federal Castro Meira

(Julgado em 08 de março de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - AÇÃO RESCISÓRIA -
EXCEPCIONALIDADE**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NA AÇÃO RESCISÓRIA.

- Excepcionalidade. Ausência dos requisitos autorizadores da medida.

- Pedido indeferido.

Antecipação de Tutela na AR n.º 3.091-CE

Relator: Desembargador Federal Lázaro Guimarães

(Julgado em 02 de maio de 2001, por maioria)

**PROCESSUAL CIVIL
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - CONEXÃO-
INOCORRÊNCIA**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA.

- Inocorrência de conexão entre as causas propostas. Ações com pedidos distintos.

- Competência do juiz suscitante.

Conflito de Competência n.º 551-CE

Relator: Desembargador Federal Lázaro Guimarães

(Julgado em 18 de abril de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
EXECUÇÃO FISCAL - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS. ALEGAÇÃO DE FATO INCONTROVERSO ACATADA PELA SENTENÇA. CONTINÊNCIA.

- Merece confirmação a sentença que acolheu o argumento do CRECI (embargado) no sentido de que restou incontroversa a inscrição do embargante em seus quadros, visto que este não contrariou a asserção do órgão quando tinha oportunidade para fazê-lo, uma vez instado pelo Juiz a se manifestar sobre a impugnação apresentada pelo embargado.

- Manutenção da decisão monocrática reforçada pelo fato de haver nos autos comprovação de que o próprio embargante requereu ao conselho embargado o cancelamento de sua inscrição como afiliado deste.

- Ocorrência do instituto jurídico-processual da continência, ensejando a exclusão dos valores por ela parcialmente abrangidos e cobrados em sede de outro processo executivo fiscal.

- Remessa oficial improvida.

Remessa *Ex Officio* n.º 138.162-AL

Relator: Desembargador Federal Nereu Santos

(Julgado em 1º de março de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
EXECUÇÃO - DUPLA CITAÇÃO**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE DUPLA CITAÇÃO. INOCORRÊNCIA.

- Revogada a decisão que havia determinado a citação do executado, torna-se necessária a repetição do ato.

- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento n.º 32.254-CE

Relator: Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho

(Julgado em 12 de junho de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
EMBARGOS À EXECUÇÃO - INOVAÇÃO DE PEDIDOS -
RECURSO**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INOVAÇÃO DE PEDIDOS EM SEDE DE RECURSO. PRELIMINAR NÃO CONHECIDA. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PROVAS.

- É vedado ao apelante inovar no pedido, em sede de recurso, sob pena de ferir o disposto no art. 514, II, do CPC. Preliminar de inépcia da execução não conhecida.

- O ônus da prova incumbe ao autor quanto aos fatos constitutivos de seu direito (art. 333, I, CPC).

- Hipótese em que o INSS não logrou comprovar o pagamento administrativo das diferenças devidas à embargada.

- Inaplicável o art. 475, II, CPC, em embargos à execução, quando o ente público é demandante.

- Remessa oficial não conhecida. Apelação improvida.

Apelação Cível n.º 181.724-CE

Relator: Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel

(Julgado em 17 de abril de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
FGTS - AGRAVO INOMINADO - INADEQUAÇÃO DA DECISÃO**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. FGTS. AGRAVO INOMINADO. CABIMENTO. INADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA AO ATUAL ENTENDIMENTO SUFRAGADO PELA SUPREMA CORTE.

- Recurso de apelação em que se deduzem pleitos de provável procedência, conforme orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal.

- Inexistência de manifesta improcedência, exigida pelo art. 557 do CPC, para se negar seguimento a recurso.

- Agravo inominado a que se dá provimento.

Agravo Inominado na AC n.º 180.013-AL

**Relatora: Desembargadora Federal Germana Moraes
(Convocada)**

(Julgado em 03 de maio de 2001, por unanimidade)

**PROCESSUAL CIVIL
MEDIDA LIMINAR - DESPACHO INDEFERITÓRIO**

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. DESPACHO INDEFERITÓRIO DE MEDIDA LIMINAR PARA ATRIBUIR EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO DE APELAÇÃO. POLÍCIA FEDERAL. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO REVOGADA EM DECORRÊNCIA DE SENTENÇA. INAPLICAÇÃO DA TEORIA DO FATO CONSUMADO.

- Em sede liminar a cognição é precária, devendo estar aparente o direito pleiteado, a amparar a concessão de medida com força de suspender sentença proferida pelo Primeiro Grau.

- A nomeação de servidor, através de antecipação dos efeitos da tutela, não gera o direito à permanência no exercício da função, se o magistrado, ao setenciar o feito, julgou improcedente a demanda.

- Agravo regimental improvido.

Agravo Regimental na Medida Cautelar n.º 1.329-CE

**Relatora: Desembargadora Federal Germana Moraes
(Convocada)**

(Julgado em 10 de maio de 2001, por maioria)

**JURISPRUDÊNCIA
DE
DIREITO
PROCESSUAL PENAL**

**PROCESSUAL PENAL
CONFLITO DE COMPETÊNCIA - CRIMES CONEXOS DE
IGUAL GRAVIDADE**

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRIMES CONEXOS DE IGUAL GRAVIDADE. OCORRÊNCIA EM JURISDIÇÕES DIFERENTES MAS DA MESMA CATEGORIA.

- Havendo conexão entre crimes praticados em jurisdições diferentes mas da mesma categoria e sendo as penas de igual gravidade, determina-se a competência pela forma instituída no art. 78, inciso II, alínea *b*, do CPP – prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações.

- Conflito Negativo de Competência conhecido para se declarar a competência do Juízo suscitado, o da 4ª Vara Federal da Paraíba.

Conflito de Competência n.º 565-PB

Relator: Desembargador Federal Nereu Santos

(Julgado em 23 de maio de 2001, por unanimidade)

**JURISPRUDÊNCIA
DE
DIREITO
TRIBUTÁRIO**

TRIBUTÁRIO
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - AUTÔNOMOS E ADMINISTRADORES-COMPENSAÇÃO

EMENTA: TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUTÔNOMOS E ADMINISTRADORES. INCONSTITUCIONALIDADE. COMPENSAÇÃO.

- Inconstitucionalidade da expressão “autônomos e administradores” – Lei 7.787/89, art. 3º, I, e Lei 8.212/91, art. 22, inciso I, (precedente do col. STF).
- No lançamento por homologação a prescrição só se consuma dez anos após o fato gerador. Inocorrência.
- Compensação da mencionada contribuição com créditos do INSS originados da contribuição de folha de salário.
- Observância do limite de 30% em cada compensação mensal, previsto no art. 89 da Lei n.º 8.212/91.
- A exigência de prova de assunção do ônus tributário não é aplicável às contribuições sociais para a seguridade social.
- Incidência cumulativa dos juros compensatórios pela taxa SELIC e moratórios a partir de 1º de janeiro de 1996.
- Correção monetária plena.

Apelação em Mandado de Segurança n.º 70.176-PE

Relator: Desembargador Federal Ridalvo Costa

(Julgado em 05 de abril de 2001, por unanimidade)

**TRIBUTÁRIO
MERCADORIAS - AQUISIÇÃO - ZONA FRANCA DE MANAUS**

EMENTA: TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS NA ZONA FRANCA DE MANAUS. REMESSA PARA OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO. INCIDÊNCIA DOS TRIBUTOS DEVIDOS. RETENÇÃO PELA RECEITA FEDERAL. POSSIBILIDADE.

- Hipótese na qual se busca provimento judicial que autorize a liberação de mercadorias, adquiridas na Zona Franca de Manaus, retidas pela Receita Federal, sem a incidência do IPI e do imposto de importação.

- Por força legal, as mercadorias estrangeiras destinadas ao consumo em outra unidade da Federação não se encontram isentas da incidência dos tributos, cabendo tal ressalva, exclusivamente, quando destinadas ao consumo na própria Zona Franca de Manaus.

- Pairando dúvidas acerca da procedência de tais mercadorias, se do estrangeiro ou do Território Nacional, possível a atuação da Receita Federal no sentido de retê-las para melhor averiguação.

- Agravo de instrumento provido.

Agravo de Instrumento n.º 20.291-PE

Relator: Desembargador Federal Petrucio Ferreira

(Julgado em 05 de dezembro de 2000, por unanimidade)

**TRIBUTÁRIO
MERCADORIAS - LIBERAÇÃO - APREENSÃO APÓS A O
DESEMBARAÇO ADUANEIRO**

EMENTA: TRIBUTÁRIO. LIBERAÇÃO DE MERCADORIAS. APREENSÃO EFETUADA APÓS O REGULAR DESEMBARAÇO. IMPOSSIBILIDADE. PRESTAÇÃO DE GARANTIA. AUSÊNCIA DE DANO.

- Ocorrendo o regular desembaraço aduaneiro, posterior verificação acerca da irregularidade no pagamento de tributo deve ser cobrado em processo executivo.

- É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos (Súmula 323 do STF).

- A liberação de mercadorias mediante o oferecimento de garantia não causa dano à Fazenda Nacional.

- Agravo de instrumento provido.

Agravo de Instrumento n.º 21.173-CE

Relator: Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel

(Julgado em 24 de abril de 2001, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO
TAXISTAS - AUTOMÓVEL - ISENÇÃO DE IOF

EMENTA: TRIBUTÁRIO. TAXISTAS. ISENÇÃO DE IOF NA AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEL. LEI N.º 8.383/91, ART. 72. LIMITAÇÃO IMPOSTA POR PORTARIA. DESCABIMENTO. PAGAMENTO INDEVIDO. RESTITUIÇÃO. ART. 165 DO CTN.

- Uma vez satisfeitos os pressupostos elencados no art. 72 da Lei n.º 8.383/91, incorpora-se ao patrimônio jurídico do beneficiário o direito à isenção de que trata a citada norma legal, desonerando o favorecido do pagamento do tributo.

- Descabimento da restrição imposta pela Nota MF/COSIT/DITIP n.º 150/96, no sentido de que a solicitação da declaração do Departamento da Secretaria da Receita Federal deva ocorrer antes da ocorrência do fato gerador do IOF.

- Efetivado o pagamento de maneira equivocada – visto o reconhecimento da exclusão do crédito tributário pela norma isentiva em comento -, cabe a restituição na forma preconizada pelo art. 165 do Código Tributário Nacional.

- Apelação e remessa oficial desprovidas.

Apelação Cível n.º 163.658-CE

Relator: Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima

(Julgado em 19 de junho de 2001, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO
IPI - EMBARCAÇÃO NACIONAL INEXISTENTE

EMENTA: TRIBUTÁRIO. IPI. EMBARCAÇÃO NACIONAL INEXISTENTE. USO DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA. ISENÇÃO PARCIAL. ANALOGIA. PROVA.

- As regras isentivas interpretam-se restritivamente.

- Dependendo o acatamento da tese do impetrante de prova não produzida nos autos, impõe-se a denegação da segurança, até porque o sistema jurídico nacional desconhece a sentença condicional.

- Denegada a segurança porque incerto o pretense direito, não fica interdita ao interessado o uso da via ordinária.

- Apelo parcialmente provido.

Apelação em Mandado de Segurança n.º 67.942-PE

Relator: Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima

(Julgado em 19 de junho de 2001, por unanimidade)

ÍNDICE
SISTEMÁTICO

ADMINISTRATIVO

Apelação em Mandado de Segurança n.º 68.268-RN
CONCURSO PÚBLICO - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relator: Desembargador Federal Ubaldo Ataíde Cavalcante .. 09

Remessa *Ex Officio* n.º 66.553-PB

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO-REGISTRO

Relator: Desembargador Federal Ubaldo Ataíde Cavalcante .. 10

Agravo de Instrumento n.º 23.918-PE

EMPRESA PERMISSIVÁRIA DE TRANSPORTE COLETIVO-
TRANSPORTE CLANDESTINO

Relator: Desembargador Federal Francisco Cavalcanti 11

Agravo de Instrumento n.º 27.089-CE

VEÍCULO IMPORTADO-TRANSFERÊNCIA

Relator: Desembargador Federal Castro Meira 12

Agravo Inominado no AGTR n.º 33.225-CE

JUÍZES CLASSISTAS - REMUNERAÇÃO - REAJUSTE DA TABELA

Relator: Desembargador Federal Lázaro Guimarães 13

Apelação Cível n.º 107.532-PB

ODONTÓLOGO - CARGA HORÁRIA - LBA

Relatora: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli 14

Mandado de Segurança n.º 69.987-PE

RECURSO ADMINISTRATIVO AO CJF - INEXISTÊNCIA DE
SUBORDINAÇÃO ENTRE TRF E CJF

Relatora: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli 15

Remessa *Ex Officio* n.º 176.283-CE

JUROS COMPENSATÓRIOS À TAXA DE 12% - HONORÁRIOS

DE ADVOGADO

Relator: Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira
Lima 16

CONSTITUCIONAL

Agravo Regimental no Precatório n.º 30.825-RN
PRECATÓRIOS-DÉBITOS DE NATUREZA ALIMENTAR
Relator: Desembargador Federal Geraldo Apoliano 21

Apelação Cível n.º 198.863-RN
DERIVADOS DE PETRÓLEO E COMBUSTÍVEIS-PIS-PRINCÍ-
PIO DA EXCLUSIVIDADE
Relator: Desembargador Federal Ridalvo Costa 22

Apelação Cível n.º 213.581-RN
SENTENÇA *ULTRA PETITA*-NULIDADE EM PARTE
Relator: Desembargador Federal Ridalvo Costa 23

Agravo de Instrumento n.º 24.891-CE
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - CONVÊNIO - CELE-
BRAÇÃO
Relator: Desembargador Federal Petrucio Ferreira 24

Apelação Cível n.º 210.128-PB
INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - CARÊNCIA DE CAU-
SA
Relator: Desembargador Federal José Baptista de Almeida
Filho 26

PENAL

Apelação Criminal n.º 2.264-PE
CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - DES-
VIO DE RECURSOS DE FINANCIAMENTO
Relator: Desembargador Federal Francisco Cavalcanti 31

Apelação Criminal n.º 2.441-RN
 CRIME DE FURTO - EBCT - MATERIALIDADE E AUTORIA
 COMPROVADAS
 Relator: Desembargador Federal Petrucio Ferreira 32

Apelação Criminal n.º 841-PE
 RETIRADA DO PIS - CRIME IMPOSSÍVEL
 Relator: Desembargador Federal Nereu Santos 34

Apelação Criminal n.º 469-PE
 DIPLOMA FALSO - LAUDO PERICIAL
 Relatora: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli 35

Recurso Criminal n.º 388-PE
 SENTENÇA DE PRONÚNCIA - MATERIALIDADE DO DELI-
 TO
 Relator: Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel 36

PREVIDENCIÁRIO

Apelação em Mandado de Segurança n.º 67.607-RN
 MENOR IMPÚBERE-PROCURAÇÃO-INSTRUMENTO PÚBLICO
 Relator: Desembargador Federal Ubaldo Ataíde Cavalcante 39

Agravo Regimental no AI n.º 35.082-CE
 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - PARCELAMENTO
 Relator: Desembargador Federal José Baptista de Almeida
 Filho 40

Apelação Cível n.º 236.573-PB
 TRABALHADOR RURAL-REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR
 Relator: Desembargador Federal Napoleão Maia Filho 41

Apelação Cível n.º 239.161-CE
 TEMPO DE SERVIÇO-AVERBAÇÃO-CONDIÇÕES INSALUBRES
 Relator: Desembargador Federal Napoleão Maia Filho 42

Apelação em Mandado de Segurança n.º 69.601-CE
 SUSPENSÃO DE BENEFÍCIO SOCIAL-PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
 Relator: Desembargador Federal Napoleão Maia Filho 43

Apelação Cível n.º 209.890-PB
 PENSÃO POR MORTE À VIÚVA - RENDA MENSAL VITALÍCIA
 Relatora: Desembargadora Federal Germana Moraes (Convocada) 44

PROCESSUAL CIVIL

Agravo Regimental na SS n.º 5.646-CE
 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - INTERVENÇÃO - ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA
 Relator: Desembargador Federal Geraldo Apoliano 47

Questão de Ordem na AC n.º 210.952-PB
 APELAÇÃO-DISTRIBUIÇÃO-PREVENÇÃO DA TURMA
 Relator: Desembargador Federal Geraldo Apoliano 48

Apelação em Mandado de Segurança n.º 74.527-PB
 UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - SERVIDOR PÚBLICO - TRABALHO PENOSO E INSALUBRE
 Relator: Desembargador Federal Francisco Cavalcanti 49

Agravo de Instrumento n.º 26.047-SE
 SFH - LEILÃO REALIZADO - CARTA DE ARREMATACÃO
 Relator: Desembargador Federal Castro Meira 50

Agravo de Instrumento n.º 26.179-CE
 CHEQUE ESPECIAL - EXECUÇÃO DO CONTRATO BANCÁRIO
 Relator: Desembargador Federal Castro Meira 51

Antecipação de Tutela na AR n.º 3.091-CE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA-AÇÃO RESCISÓRIA- EXCEPCIONALIDADE Relator: Desembargador Federal Lázaro Guimarães	53
Conflito de Competência n.º 551-CE CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - CONEXÃO - INOCORRÊNCIA Relator: Desembargador Federal Lázaro Guimarães	54
Remessa <i>Ex Officio</i> n.º 138.162-AL EXECUÇÃO FISCAL-CONSELHO REGIONAL DE CORRETO- RES DE IMÓVEIS Relator: Desembargador Federal Nereu Santos	55
Agravo de Instrumento n.º 32.254-CE EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE DUPLA CITAÇÃO. INOCORRÊNCIA Relator: Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho	56
Apelação Cível n.º 181.724-CE EXECUÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INOVAÇÕES DE PEDIDOS Relator: Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel	57
Agravo Inominado na AC n.º 180.013-AL FGTS - AGRAVO INOMINADO - INADEQUAÇÃO DA DECI- SÃO Relatora: Desembargadora Federal Germana Moraes (Convocada)	58
Agravo Regimental na Medida Cautelar n.º 1.329-CE MEDIDA LIMINAR - DESPACHO INDEFERITÓRIO Relatora: Desembargadora Federal Germana Moraes (Convocada)	59

PROCESSUAL PENAL

Conflito de Competência n.º 565-PB
 CONFLITO DE COMPETÊNCIA - CRIMES CONEXOS DE
 IGUAL GRAVIDADE
 Relator: Desembargador Federal Nereu Santos 63

TRIBUTÁRIO

Apelação em Mandado de Segurança n.º 70.176-PE
 CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - AUTÔNOMOS E AD-
 MINISTRADORES - COMPENSAÇÃO
 Relator: Desembargador Federal Ridalvo Costa 67

Agravo de Instrumento n.º 20.291-PE
 MERCADORIAS - AQUISIÇÃO - ZONA FRANCA DE MANAUS
 Relator: Desembargador Federal Petrucio Ferreira 69

Agravo de Instrumento n.º 21.173-CE
 MERCADORIAS - LIBERAÇÃO - APREENSÃO APÓS O DE-
 SEMBARAÇO ADUANEIRO
 Relator: Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel 70

Apelação Cível 163.658-CE
 TAXISTAS - AUTOMÓVEL - ISENÇÃO DE IOF
 Relator: Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira
 Lima 71

Apelação em Mandado de Segurança n.º 67.942-PE
 IPI - EMBARCAÇÃO NACIONAL INEXISTENTE
 Relator: Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira
 Lima 72

ÍNDICE
ANALÍTICO

ADMINISTRATIVO

CARGA HORÁRIA. ODONTÓLOGO. LBA. ART. 4º, DA LEI 8.216/91. MÉDICOS. ISONOMIA. IMPOSSIBILIDADE 14

CONCURSO PÚBLICO. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. TESTE DE MOTORISMO. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO NO MOMENTO DO EXAME 09

CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL. RECURSO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO ENTRE TRF E O CJF. INCOMPETÊNCIA. ART. 5º, LV, DA CF/88..... 15

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. EMPRESA DE INFORMÁTICA. REGISTRO. INEXIGÊNCIA 10

DESAPROPRIAÇÃO. DUPLO GRAU. JUROS COMPENSATÓRIOS À TAXA DE 12%. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. NÃO CABIMENTO. PROVIMENTO PARCIAL DA EMPRESA.. 16

EMPRESA PERMISSONÁRIA DE TRANSPORTE COLETIVO. TRANSPORTE CLANDESTINO. TUTELA DO ESTADO. AUSÊNCIA 11

JUÍZES CLASSISTAS. REMUNERAÇÃO. TABELA. REAJUSTE ... 13

JUROS COMPENSATÓRIOS. TAXA DE 12%. DESAPROPRIAÇÃO. DUPLO GRAU. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. NÃO CABIMENTO. PROVIMENTO PARCIAL DA EMPRESA..... 16

ODONTÓLOGO. CARGA HORÁRIA. LBA. ART. 4º, DA LEI 8.216/91. MÉDICOS. ISONOMIA. IMPOSSIBILIDADE 14

RECURSO ADMINISTRATIVO. CJF. INEXISTÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO ENTRE TRF E O CJF. INCOMPETÊNCIA. ART. 5º, LV, DA CF/88 15

REGISTRO. INEXIGÊNCIA. CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. EMPRESA DE INFORMÁTICA	10
TABELA. REMUNERAÇÃO. REAJUSTE. JUÍZES CLASSISTAS ...	13
TESTE DE MOTORISMO. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO NO MOMENTO DO EXAME. CONCURSO PÚBLICO. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	09
TRANSFERÊNCIA. VEÍCULO IMPORTADO. SITUAÇÃO IRREGULAR. MEDIDA LIMINAR. DETRAN/CE	12
TRANSPORTE CLANDESTINO. TUTELA DO ESTADO. AUSÊNCIA. EMPRESA PERMISSIONÁRIA DE TRANSPORTE COLETIVO	11
VEÍCULO IMPORTADO. SITUAÇÃO IRREGULAR. TRANSFERÊNCIA. MEDIDA LIMINAR. DETRAN/CE	12

CONSTITUCIONAL

CONVÊNIO. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. CELEBRAÇÃO. ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CATEGORIAS ECONÔMICAS OU PROFISSIONAIS OU DE SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS. PORTARIA N.º 613/99. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EXCLUSIVA DA RECEITA POR PARTICULARES. SIGILO BANCÁRIO. RISCO DE QUEBRA	24
DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO. CARÊNCIA DE CAUSA. CORREÇÃO MONETÁRIA	26
DÉBITOS DE NATUREZA ALIMENTAR. EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 30/2000. INAPLICABILIDADE. PRECATÓRIO. PROCEDIMENTO ULTIMADO	21

DERIVADOS DE PETRÓLEO E COMBUSTÍVEIS. PIS. PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE. NÃO APLICAÇÃO. ART. 155, § 3º, DA CF/88 22

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 30/2000. INAPLICABILIDADE. PRECATÓRIO. PROCEDIMENTO ULTIMADO. DÉBITOS DE NATUREZA ALIMENTAR 21

INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. CARÊNCIA DE CAUSA. CORREÇÃO MONETÁRIA 26

PRECATÓRIO. PROCEDIMENTO ULTIMADO. DÉBITOS DE NATUREZA ALIMENTAR. EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 30/2000. INAPLICABILIDADE 21

PRESCRIÇÃO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PIS. DECRETOS-LEI N.º 2.445/88 E N.º 2.449/88. INCONSTITUCIONALIDADE. SENTENÇA *ULTRA PETITA*. NULIDADE EM PARTE. REDUÇÃO AOS LIMITES DO PEDIDO 23

PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE. NÃO APLICAÇÃO. ART. 155, § 3º, DA CF/88. DERIVADOS DE PETRÓLEO E COMBUSTÍVEIS. PIS 22

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. CONVÊNIO. CELEBRAÇÃO. ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CATEGORIAS ECONÔMICAS OU PROFISSIONAIS OU DE SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS. PORTARIA N.º 613/99. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EXCLUSIVA DA RECEITA POR PARTICULARES. SIGILO BANCÁRIO. RISCO DE QUEBRA 24

SENTENÇA *ULTRA PETITA*. NULIDADE EM PARTE. REDUÇÃO AOS LIMITES DO PEDIDO. PIS. DECRETOS-LEI N.º 2.445/88 E N.º 2.449/88. INCONSTITUCIONALIDADE. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PRESCRIÇÃO 23

PENAL

CONJUNTO PROBANTE FRÁGIL. NÃO INCRIMINAÇÃO. DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO (UFPE). DIPLOMA FALSO. LAUDO PERICIAL NEGATIVO. ART. 171, § 3º, CP 35

CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. DESVIO DE RECURSOS DE FINANCIAMENTO. ART. 20 DA LEI N.º 7.492/86. CONSUMAÇÃO CARACTERIZADA 31

CRIME DE FURTO. CONCURSO DE DUAS PESSOAS E INTENTADO CONTRA O PATRIMÔNIO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. ART. 155, § 4º, IV, DO CÓDIGO PENAL. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS 32

CRIME IMPOSSÍVEL. PIS. RETIRADA. ART. 17 DO CÓDIGO PENAL 34

DESVIO DE RECURSOS. FINANCIAMENTO. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. ART. 20 DA LEI N.º 7.492/86. CONSUMAÇÃO CARACTERIZADA 31

DIPLOMA FALSO. LAUDO PERICIAL NEGATIVO. ART. 171, § 3º, CP. CONJUNTO PROBANTE FRÁGIL. NÃO INCRIMINAÇÃO. DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO (UFPE) 35

MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. CRIME DE FURTO. CONCURSO DE DUAS PESSOAS E INTENTADO CONTRA O PATRIMÔNIO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. ART. 155, § 4º, IV, DO CÓDIGO PENAL 32

PIS. RETIRADA. CRIME IMPOSSÍVEL. ART. 17 DO CÓDIGO PENAL 34

PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MATERIALIDADE DO DELITO. INDÍCIOS DE AUTORIA 36

SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MATERIALIDADE DO DELITO. INDÍCIOS DE AUTORIA. PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* 36

PREVIDENCIÁRIO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS. PARCELAMENTO. ART. 206 DO CTN. INAPLICABILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI ESPECÍFICA 40

CONDIÇÕES INSALUBRES. TEMPO DE SERVIÇO. AVERBAÇÃO. COMPROVAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMA PERMANENTE, NÃO OCASIONAL 42

MENOR IMPÚBERE. PROCURAÇÃO. INSTRUMENTO PÚBLICO. DESNECESSIDADE. PENSÃO POR MORTE. DEPENDÊNCIA CONFIGURADA. LEI N.º 8.213/91. APLICAÇÃO 39

PENSÃO POR MORTE À VIÚVA. RENDA MENSAL VITALÍCIA. IMPOSSIBILIDADE. EXEGESE DA LEI 6.179/74 E DO DECRETO 89.312/84 44

PENSÃO POR MORTE. DEPENDÊNCIA CONFIGURADA. LEI N.º 8.213/91. APLICAÇÃO. MENOR IMPÚBERE. PROCURAÇÃO. INSTRUMENTO PÚBLICO. DESNECESSIDADE 39

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PERTINENTE. AUSÊNCIA. SUSPENSÃO DE BENEFÍCIO SOCIAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DO DIREITO FUNDAMENTAL DA AMPLA DEFESA 43

REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA TESTEMUNHAL ACEITÁVEL 41

RENDA MENSAL VITALÍCIA. PENSÃO POR MORTE À VIÚVA. IMPOSSIBILIDADE. EXEGESE DA LEI 6.179/74 E DO DECRETO 89.312/84 44

SUSPENSÃO DE BENEFÍCIO SOCIAL. AUSÊNCIA DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PERTINENTE. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DO DIREITO FUNDAMENTAL DA AMPLA DEFESA 43

TEMPO DE SERVIÇO. AVERBAÇÃO. CONDIÇÕES INSALUBRES. COMPROVAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMA PERMANENTE, NÃO OCASIONAL 42

TRABALHADOR RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA TESTEMUNHAL ACEITÁVEL 41

PROCESSUAL CIVIL

AÇÃO RESCISÓRIA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. EXCEPCIONALIDADE. REQUISITOS. AUSÊNCIA 53

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. INTERVENÇÃO. POSSIBILIDADE. ART. 4º DA LEI N.º 4.348/64. AGRAVO IMPROVIDO 47

ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AÇÃO RESCISÓRIA. EXCEPCIONALIDADE. REQUISITOS. AUSÊNCIA 53

CARTA DE ARREMATÇÃO. SFH. LEILÃO REALIZADO. INDEFERIMENTO DE LIMINAR EM CAUTELAR INCIDENTAL 50

CHEQUE ESPECIAL. EXECUÇÃO DO CONTRATO BANCÁRIO. INADIMPLEMENTO. INSCRIÇÃO NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. CLÁUSULAS COM APARÊNCIA DE ILEGALIDADE E ABUSIVIDADE EM FACE DO CPC.... 51

CONEXÃO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INOCORRÊNCIA. AÇÕES COM PEDIDOS DISTINTOS..... 54

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CONEXÃO. INOCORRÊNCIA. AÇÕES COM PEDIDOS DISTINTOS..... 54

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS. EXECUÇÃO FISCAL. ALEGAÇÃO DE FATO INCONTROVERSO ACATADA PELA SENTENÇA. COMPETÊNCIA..... 55

DUPLA CITAÇÃO. ALEGAÇÃO. EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA 56

EFEITO SUSPENSIVO. RECURSO DE APELAÇÃO. MEDIDA LIMINAR. DESPACHO INDEFERITÓRIO. POLÍCIA FEDERAL. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO REVOGADA EM DECORRÊNCIA DE SENTENÇA. INAPLICAÇÃO DA TEORIA DO FATO CONSUMADO 59

EMBARGOS À EXECUÇÃO. INOVAÇÃO DE PEDIDOS. RECURSO. PRELIMINAR NÃO CONHECIDA. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PROVAS..... 57

ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. INTERVENÇÃO. ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA. POSSIBILIDADE. ART. 4º DA LEI N.º 4.348/64. AGRAVO IMPROVIDO 47

EXECUÇÃO DO CONTRATO BANCÁRIO. CHEQUE ESPECIAL. INADIMPLEMENTO. INSCRIÇÃO NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. CLÁUSULAS COM APARÊNCIA DE ILEGALIDADE E ABUSIVIDADE EM FACE DO CPC 51

EXECUÇÃO. DUPLA CITAÇÃO. ALEGAÇÃO. INOCORRÊNCIA	56
EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS. ALEGAÇÃO DE FATO INCONTROVERSO ACATADA PELA SENTENÇA. COMPETÊNCIA	55
FGTS. AGRAVO INOMINADO. CABIMENTO. INADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA AO ATUAL ENTENDIMENTO SUFRAGADO PELA SUPREMA CORTE	58
INOVAÇÃO DE PEDIDOS. RECURSO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRELIMINAR NÃO CONHECIDA. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PROVAS	57
MEDIDA LIMINAR. DESPACHO INDEFERITÓRIO. EFEITO SUSPENSIVO. RECURSO DE APELAÇÃO. POLÍCIA FEDERAL. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO REVOGADA EM DECORRÊNCIA DE SENTENÇA. INAPLICAÇÃO DA TEORIA DO FATO CONSUMADO	59
PREVENÇÃO. TURMA. RESSALVADA A COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO. QUESTÃO DE ORDEM. APELAÇÃO. DISTRIBUIÇÃO	48
QUESTÃO DE ORDEM. APELAÇÃO. DISTRIBUIÇÃO. PREVENÇÃO DA TURMA. RESSALVADA A COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO	48
SFH. LEILÃO REALIZADO. CARTA DE ARREMATAÇÃO. INDEFERIMENTO DE LIMINAR EM CAUTELAR INCIDENTAL	50
TRABALHO PENOSO E INSALUBRE. SERVIDOR PÚBLICO. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. CONTAGEM DO SERVIÇO CELETISTA, CON-	

VERTIDO COM FATOR 1,2, NO CASO DE MULHER, E 1,4 SE HOMEM. NÃO COMPROVADO O DESEMPENHO DE SERVIÇO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO 49

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. TRABALHO PENOSO E INSALUBRE. CONTAGEM DO SERVIÇO CELETISTA, CONVERTIDO COM FATOR 1,2, NO CASO DE MULHER, E 1,4 SE HOMEM. NÃO COMPROVADO O DESEMPENHO DE SERVIÇO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO 49

PROCESSUAL PENAL

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRIMES CONEXOS DE IGUAL GRAVIDADE. OCORRÊNCIA EM JURISDIÇÕES DIFERENTES, MAS DA MESMA CATEGORIA. ART. 178, INCISO II, ALÍNEA B, DO CPP 63

CRIMES CONEXOS DE IGUAL GRAVIDADE. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. OCORRÊNCIA EM JURISDIÇÕES DIFERENTES, MAS DA MESMA CATEGORIA. ART. 178, INCISO II, ALÍNEA B, DO CPP 63

TRIBUTÁRIO

APREENSÃO EFETUADA APÓS O REGULAR DESEMBARÇO ADUANEIRO. LIBERAÇÃO DE MERCADORIAS. IMPOSSIBILIDADE. PRESTAÇÃO DE GARANTIA. AUSÊNCIA DE DANO 70

AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEL. TAXISTAS. LEI 8.383/91, ART. 72. LIMITAÇÃO IMPOSTA POR PORTARIA. DESCABIMENTO. PAGAMENTO INDEVIDO. RESTITUIÇÃO. ART. 165 DO CTN 71

COMPENSAÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUTÔNOMOS E ADMINISTRADORES	67
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUTÔNOMOS E ADMINISTRADORES. INCONSTITUCIONALIDADE. COMPENSAÇÃO	67
IPI. EMBARCAÇÃO NACIONAL INEXISTENTE. USO DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA. ISENÇÃO PARCIAL. ANALOGIA. PROVA	72
LIBERAÇÃO DE MERCADORIAS. APREENSÃO EFETUADA APÓS O REGULAR DESEMBARAÇO. IMPOSSIBILIDADE. PRESTAÇÃO DE GARANTIA. AUSÊNCIA DE DANO	70
MERCADORIAS. AQUISIÇÃO. ZONA FRANCA DE MANAUS. REMESSA PARA OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO. INCIDÊNCIA DOS TRIBUTOS DEVIDOS. RETENÇÃO PELA RECEITA FEDERAL. POSSIBILIDADE	69
TAXISTAS. AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEL. LEI 8.383/91, ART. 72. LIMITAÇÃO IMPOSTA POR PORTARIA. DESCABIMENTO. PAGAMENTO INDEVIDO. RESTITUIÇÃO. ART. 165 DO CTN	71
USO DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA. IPI. EMBARCAÇÃO NACIONAL INEXISTENTE. ISENÇÃO PARCIAL. ANALOGIA. PROVA	72
ZONA FRANCA DE MANAUS. MERCADORIAS. AQUISIÇÃO. REMESSA PARA OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO. INCIDÊNCIA DOS TRIBUTOS DEVIDOS. RETENÇÃO PELA RECEITA FEDERAL. POSSIBILIDADE	69